

93 Mortes e Além:

Etnografia da Violência Estatal e das Mobilizações por Justiça nas Operações Escudo e Verão¹

Evandro Cruz Silva (UNICAMP)

Anna Clara Soares (USP)

Isabela Vianna Pinho (USP)

Resumo:

Este trabalho analisa as Operações Escudo e Verão, realizadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na Baixada Santista entre julho de 2023 e abril de 2024. Embora exista essa delimitação temporal, consideramos que essas políticas produtoras de mortes continuam a se manifestar no cotidiano dos moradores de morros, palafitas e periferias das cidades da região. Juntas, as duas operações resultaram em pelo menos 93 mortes de civis - contando apenas as confirmadas oficialmente-, posicionando-se entre as ações mais letais da polícia paulista na história recente. O objetivo principal é descrever o modo de funcionamento dessas operações e seus efeitos violentos e persistentes sobre territórios e populações, com atenção às maneiras como tais experiências são narradas, disputadas e legitimadas, e aos efeitos na vida cotidiana que se estendem para além do evento da Operação Policial. O artigo também examina as mobilizações coletivas de moradores, familiares de vítimas e ativistas, seus repertórios morais, jurídicos e políticos na busca por alguma reparação frente à violência estatal. A pesquisa se apoia em fontes fragmentadas e heterogêneas, derivados dos métodos de campo das três pesquisadoras aqui em autoria. Os dados vão desde reportagens da grande imprensa e mídias alternativas, vídeos e fotografias compartilhados em redes sociais, falas públicas de autoridades e registros produzidos por moradores, vítimas e ativistas — considerados aqui como uma forma de produção cidadã de dados. Também foram analisados documentos institucionais, como relatórios da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, além de relatos de campo derivados do acompanhamento de audiências, eventos públicos e conversas com familiares de vítimas. Para além da heterogeneidade empírica e da coincidência geográfica, espacial e temática, as três pesquisas também lidam - às suas maneiras - com desafios etnográficos e éticos relacionados ao estudo de memórias sensíveis. Ao refletir sobre as disputas discursivas presentes nesses materiais, o artigo analisa os regimes de verdade que atravessam versões oficiais e contra-hegemônicas das operações, bem como os dilemas éticos e políticos implicados na pesquisa sobre violência estatal em contextos de extrema violência.

Palavras chaves: Violência, Operação Escudo, Vida Cotidiana, Rumor

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

1. Introdução

São Paulo é palco de ao menos três operações policiais recorrentes: a Operação Saturação, realizada em favelas desde meados dos anos 2000 (Feltran, 2018); as Operações Pancadão, voltadas à repressão de bailes funks (Azevedo, 2022), regulamentadas em 2015; e a Operação Verão, em curso desde 2011 na Baixada Santista. Apesar da regularidade e da visibilidade dessas ações, pouco se sabe sobre seus contextos políticos, motivações institucionais e impactos — sobretudo no que diz respeito à letalidade policial e ao disciplinamento de corpos e territórios. A experiência paulista nesse modelo de policiamento ostensivo fornece, inclusive, o pano de fundo para ações mais recentes, como a Operação Escudo, deflagrada entre 2023 e 2024 na Baixada Santista.

Este artigo analisa as Operações Escudo e Verão como evento crítico (Das, 2004) — um acontecimento de tal magnitude que reconfigura os modos como comunidades, famílias e pesquisadoras se relacionam com o passado e o futuro. Mas nosso argumento vai além da documentação deste evento. Interessa-nos compreender como a violência policial não termina quando a operação se encerra — como ela se instala no cotidiano, infiltrando-se nas rotinas, nos corpos, nas expectativas e nas formas de narrar o mundo de quem habita os territórios onde o Estado mata.

Casos recentes como a Operação Escudo/Verão, realizada entre 2023 e 2024 na Baixada Santista, atualizam esse padrão de ocupação policial prolongada com alto número de mortos e forte apoio de setores sociais e políticos. A experiência acumulada a partir desse modo de policiamento ostensivo em São Paulo — que mobiliza forças táticas especiais, como a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) e o Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP), frequentemente reforçadas por batalhões do interior do estado — nos parece ponto de partida para compreender a Operação Escudo/Verão. Essa operação se insere em um contexto histórico mais amplo de Operações Saturação no estado, que têm como característica a presença ostensiva e prolongada de militares em territórios predominantemente pobres e negros. Assim como as Operações Saturação, a Operação Escudo/Verão baseia-se nessa tática de ocupação contínua, que vem sendo desenvolvida e aprimorada ao longo de mais de duas décadas.

Na análise de Feltran (2018), a Operação Saturação em Sapopemba mostra como essas ações, “sempre mais públicas que as de rotina”, mobilizam efetivos externos ao território e

ampliam o perfil dos alvos, sitiando comunidades inteiras e suspendendo a distinção entre “trabalhador” e “bandido” operada pelo saber policial. Essa lógica amplia a repressão sobre populações racializadas e empobrecidas, atuando como tecnologia de governo voltada à vigilância e à contenção de determinados corpos e espaços urbanos.

O artigo se apoia em três inserções etnográficas distintas, realizadas por três pesquisadores que, em diferentes momentos e interlocuções, estiveram presentes na Baixada Santista antes, durante e após as operações. É da tensão entre essas perspectivas — e não de sua fusão — que emerge a análise aqui proposta. Cada seção corresponde a uma dessas entradas, mas as três se articulam em torno de uma questão comum: o que acontece depois? Como se vive, se narra, se antecipa e se resiste a uma violência que, mesmo quando não tem nome de operação, não cessa de produzir mortes?

A pesquisa mobiliza fontes heterogêneas e fragmentadas: reportagens da grande imprensa e de mídias alternativas, vídeos e fotografias circulados em redes sociais, falas públicas de autoridades, relatórios de organizações de direitos humanos e documentos institucionais da Defensoria Pública e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, além de diários de campo, acompanhamento de audiências e longas conversas com familiares de vítimas. A heterogeneidade dos materiais é, ela mesma, um dado etnográfico: documenta a dispersão e a opacidade que caracterizam a violência policial no estado de São Paulo — distribuída entre boletins de ocorrência lacônicos, fragmentos de WhatsApp, imagens de câmeras corporais e relatos que circulam nas periferias sem jamais ganhar cobertura nacional. Para além da heterogeneidade empírica, as três pesquisas partilham — cada qual à sua maneira — os desafios éticos e políticos implicados no estudo de memórias sensíveis e de comunidades que continuam expostas à violência que analisamos.

Ao atravessar esses materiais, o artigo examina os regimes de verdade que organizam versões oficiais e contra-hegemônicas das operações. Não se trata apenas de corrigir narrativas falsas ou parciais: interessa-nos compreender como certas versões ganham legitimidade enquanto outras permanecem inaudíveis, e o que essa hierarquia de vozes revela sobre a distribuição desigual da vida e da morte no Brasil contemporâneo. As 93 mortes confirmadas oficialmente são um piso, não um teto. E as histórias que este artigo conta são apenas algumas das que ainda esperam ser narradas e lembradas.

Esta é uma primeira tentativa de construção de um texto conjunto; portanto, as ideias aqui apresentadas ainda se encontram muito incipientes. Espera-se que as discussões no GT possam contribuir para que a equipe de pesquisadores tenha condições de analisar, em perspectiva sociológica e política, como a violência produzida por eventos críticos extraordinários configura cotidianos e engendra novos mundos possíveis no âmbito da vida ordinária

2. Rio de Lágrimas²

No dia 11 de janeiro de 2024, durante a chamada Operação Verão, na Baixada Santista, a vida de Tainara foi atravessada pela morte do seu marido. Um homem negro de 31 anos, José Marcelo. O casal tinha três filhos, sendo o mais velho de 10 anos. No Boletim de Ocorrência constava que os policiais da ROTA “avistaram um indivíduo andando de bicicleta, e este, ao avistar a viatura policial, demonstrou certo nervosismo, motivo pelo qual foi dada voz de parada”³ (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2024, p. 12-13). Sua esposa nos confidenciou que ele havia saído para buscar combustível de bicicleta e trabalhava como pedreiro. Durante a abordagem que resultou em sua morte, ele sofreu tortura e teve tatuagens arrancadas do corpo. As cenas de terror tiveram início semanas antes: policiais haviam entrado em sua casa e questionado se Carlos tinha passagem. Ele já havia sido preso quando era garoto, mas cumpriu todos os trâmites legais. Sem encontrar nenhuma dívida com a justiça, os policiais foram embora do quintal da família, semanas antes de sua morte. A favela estava sitiada e lidava com a presença ostensiva da polícia, os toques de recolher e todo tipo de arbitrariedade estava fazendo parte do cotidiano dos moradores.

O encontro do corpo de José Marcelo também foi uma peregrinação — ele ficou um dia desaparecido, com a família procurando entre as instituições do Estado, hospitais, delegacias e IMLs da Baixada. Correram à favela, procuraram informações, conversaram com pessoas que ouviram a execução. Foram ao local do crime. Até José Marcelo ser encontrado. Mesmo sendo morto em via pública, o boletim da morte não consta testemunhas além dos policiais⁴.

² Cena descrita pela pesquisadora Anna Clara, vivenciada durante seu trabalho no Instituto Vladimir Herzog, mas sobretudo em conversas informais com a colaboradora da pesquisa Tainara.

³ INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Segundo relatório de monitoramento de violações de direitos humanos na Baixada Santista: Operação Escudo/Operação Verão. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024, p. 12-13.

⁴ G1, 14 de fevereiro de 2024, Família de homem morto pela Rota no litoral de SP diz que ele sofreu tortura e teve tatuagens arrancadas do corpo. Disponível em:

Nem a bicicleta nem as roupas de José Marcelo foram entregues à família como evidência e direito à memória. Nos documentos oficiais consta que ele levou tiro na face e no tórax. Para o enterro, a comunidade se mobilizou e realizou uma vaquinha que arcou com os mais de quatro mil reais do funeral. A prefeitura não tinha mais verba para custear enterros — foi o que a assistente social comunicou à família. A suposta arma e as drogas encontradas com ele foram entregues à polícia. A família afirma que ele não portava arma e, claramente, não levaria uma ao posto de combustível, muito menos usava drogas. Histórias como essa não são incomuns em operações policiais no Estado de São Paulo.

Após a morte, os filhos tiveram dificuldades para se desenvolver na escola, e Tainara precisou mudar de casa e morar com familiares, por não conseguir arcar com as despesas sozinha. E também procurar novos empregos. Os dois dividiram o cuidar dos filhos, da casa e da renda por mais de dez anos. Como todo casal jovem, também compartilhavam os sonhos e os planos de abrir um negócio, ver as crianças estudarem e continuar a construir uma família. Ele era um homem carinhoso, nas memórias da família, cuidava da mãe, da esposa, bem quisto na comunidade. A morte perpetrada pelo Estado fez com que toda a família tivesse de modificar sua dinâmica de vida e lidar com um mundo devastado.

O trauma que Tainara e sua família viveu mostra que a violência também funda novos mundos, é preciso refazer o mundo, ela tanto rompe limites como constrói outros. A morte perpetrada pelo Estado é violenta de tal ordem que rompe o princípio da vida de quem fica (Das, 2020, p. 132). E parte da resistência em seguir vivendo está em reconstruir os farrapos das relações, as reconstruções do mundo ao perder o marido é feita ao mudar de casa, cuidar dos filhos enlutados, reconfigurar as relações com a sogra. Essa reconstrução do cotidiano de vida é o que um evento violento provoca na vida ordinária. Um evento crítico como a Operação Escudo e Verão, que pode ser lido na chave do extraordinário, faz com que, após sua passagem, e enquanto ele ocorre, o ordinário/cotidiano tenha que ser reconstruído. Veena das nos informa que o ordinário não para para o extraordinário acontecer, a vida tem que seguir, limpar a casa, procurar trabalho, cuidar dos filhos.

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/02/14/familia-de-homem-morto-pela-rota-no-litoral-de-sp-diz-que-ele-sofreu-tortura-e-teve-tatuagens-arrancadas-do-corpo.ghtml>. Ver também: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/02/12/sobe-para-20-o-numero-de-suspeitos-mortos-em-confrontos-com-a-pm-durante-operacao-policia-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2026.

A cena etnográfica aqui recontada tem como base conversas informais que uma das pesquisadoras compartilhou com as famílias e os relatórios produzidos por organizações do terceiro setor durante as chamadas missões de direitos humanos, promovidas pela Ouvidoria da Polícia em parceria com dezenas de atores públicos. Além disso, notícias midiáticas foram utilizadas para reconstituir os fatos e estão citadas nesse texto nas notas de rodapé. Para preservar o direito ao anonimato das colaboradoras da pesquisa, nomes e alguns fatos serão descaracterizados.

A história de Tainara nos ajuda a pensar como elaborar uma violação do direito à vida que atravessa o tempo. A partir do pensamento da antropóloga indiana Veena Das, especialmente no seu livro *Vidas e Palavras*, vamos discutir outras duas cenas etnográficas para pensar o trabalho do tempo e as histórias inacabadas, que reconfiguram o presente a partir das experiências do passado. Para prosseguir seguimos a partir do evento crítico da Operação Escudo/Verão, mas agora contando uma experiência etnográfica recente e após o período circunscrito do evento ter passado.

3. Muito barulho, pouco barulho: rumor, expectativa e violência policial⁵

O que segue são notas de campo. Apresento dois episódios do Jardim São Manoel, bairro periférico da Baixada Santista onde desenvolvo trabalho de campo desde 2023, conectados por uma pergunta sobre a forma como a violência policial se comunica — como ela é antecipada, percebida e narrada por quem vive nos territórios onde incide.

A chave de leitura que propomos é a do rumor. Não como sinônimo de boato ou desinformação, mas como uma forma específica de conhecimento social — incompleta, afetiva, circulante nos espaços onde o Estado e a grande mídia falham. Em seu estudo sobre a favela de Acari, no Rio de Janeiro, Marcos Alvito (2001) mostrou que os moradores desenvolvem canais próprios de produção e circulação de informação precisamente porque os canais oficiais — jornais, polícia, serviços públicos — ou ignoram o que acontece na favela ou chegam com versões que desfiguram os fatos. O rumor, nesse contexto, não é patologia comunicativa: é epistemologia de sobrevivência. Algo similar foi observado por Fábio Araújo (2012) ao

⁵ Notas de campo descritas pelo pesquisador Evandro Cruz durante sua pesquisa de pós-doutorado.

acompanhar famílias de desaparecidos no Rio de Janeiro: diante do silêncio dos aparatos estatais, são os rumores e as informações fragmentadas que organizam as buscas, distribuem as tarefas e sustentam a esperança — ou a luto — de quem procura.

No Rio de Janeiro as mudanças nos ilegalismos impostas durante a implementação da política das Unidades Pacificadoras (UFF), nítido na paisagem das favelas, é nomeado por Palloma Menezes como "desrotinização da vida cotidiana" (p. 195, 2018). A presença rotineira da polícia no território, fez com que as práticas do mercado varejista de drogas e as práticas de vida dos moradores se adaptassem ao novo regime de "Campo Minado" em vez do habitual "Fogo Cruzados". Os diversos rumores que circulavam nas favelas Cidade de Deus e Santa Marta, nos termos que enquadra Menezes, são "indícios de preocupações", mostram as incertezas generalizadas que entremeiam o território.

Ficamos nos perguntando o que se reconfigura na vida cotidiana quando há uma situação de ruptura, ou evento crítico, como uma operação tão letal? Como esses eventos críticos se manifestam no corpo de quem vive?

No contexto das Operações Escudo e Verão, o rumor tomou formas historicamente situadas. Antes das operações, circulava como antecipação: algo vai acontecer. Durante elas, como tentativa coletiva de mapear o que estava ocorrendo a partir de fragmentos contraditórios. Depois, como memória que reorganiza o presente: isso já aconteceu, pode voltar. As duas cenas que apresento aqui situam-se nesse terceiro registro — mas mostram como ele bifurca em direções opostas. Em um episódio, o rumor mobiliza, cria ação coletiva antecipada, reorganiza o cotidiano à sombra de uma violência que não chega. No outro, a ausência de rumor organizado — o "pouco barulho" — revela uma outra face da violência estatal: aquela que acontece sem que os canais de comunicação disponíveis consigam elaborá-la ou transmiti-la para além dos muros do bairro. É também o que Veena Das (2020) nomeia como o que "se sabe mas não se consegue nomear inteiramente" — o conhecimento que circula corporalmente antes de encontrar palavras.

3.1. Muito barulho

A notícia não demorou a circular. Era começo de noite de uma segunda-feira quando as páginas de conteúdo policial da Baixada Santista no Instagram começaram a reproduzir relatos sobre o assassinato de Ruy Ferraz, ex-delegado da Polícia Civil de São Paulo que, à época, ocupava um cargo de confiança na Prefeitura de Praia Grande — município onde a morte

ocorreu. Acionei Michelle, uma interlocutora do Jardim São Manoel, encaminhando o link da notícia. A resposta foi breve: "acabei de ver. vai ser foda". Respondi com um "pois é" e larguei o celular.

A apreensão que a notícia gerou se acentua pela data do ocorrido: assassinado em 15 de setembro de 2025, Ruy Ferraz acendia uma memória quase muscular sobre a morte de um membro das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), executado em 27 de julho de 2023 — evento que serviu de justificativa para as Operações Escudo (2023) e Verão (2024), as quais resultaram na execução de dezenas de pessoas na região litorânea de São Paulo.

Ao ligar a televisão no canal regional, a escalada do jornal A Tribuna reforçava o mesmo assunto: o ex-delegado teria encerrado seu expediente e, a caminho de casa, seu veículo fora fuzilado. Quase que instantaneamente, a imprensa estabeleceu conexões entre o ocorrido e a trajetória de Ferraz como "o delegado que prendeu Marcola", sugerindo que a execução seria uma vingança do Primeiro Comando da Capital. O evento rapidamente extrapolou a cobertura regional, mobilizando veículos de mídia nacional como a Folha de São Paulo e o Grupo Globo, que passaram a veicular considerações sobre o "estado de abandono" de diversas regiões da Baixada, com faturas comparações às favelas do Rio de Janeiro.

Entre o alarde da imprensa e a apreensão que circulava nos grupos de WhatsApp, a expectativa de que uma operação policial se repetisse era patente no Jardim São Manoel na tarde do dia seguinte, quando cheguei para participar das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do bairro — espaço que frequentei durante uma parte significativa do trabalho de campo. O silêncio incomum, as ruas esvaziadas e, sobretudo, a presença constante de viaturas em ronda contrastavam visivelmente com o cotidiano daquele território.

A associação entre o evento e o passado recente das operações configura uma espécie de memória social da chacina por parte dos próprios policiais que atuam na região. É perturbadora, nesse sentido, a imagem recuperada pelas câmeras corporais no âmbito do Projeto Mirante: durante a Operação Escudo, um grupo de policiais em círculo comenta que aquele momento seria "igual 2006, tem que aproveitar" — referência explícita ao massacre que ficou conhecido como o Crimes de Maio.

Apesar das expectativas, nada parecido com uma operação vingança aconteceu após a morte do delegado Ruy Ferraz. Os dias seguintes do JSM foram tranquilos, as viaturas rarearam e o bairro retornou ao ritmo de sempre.

3.2. Pouco barulho

Acostumadas ao isolamento no que diz respeito ao tratamento dado às suas questões pela grande mídia, comunidades periféricas frequentemente desenvolvem canais próprios de circulação de informação e produção de narrativas sobre o que se passa em seus territórios. Essa dinâmica se tornou visível de forma aguda quando uma operação policial teve início no Jardim São Manoel e, pouco depois, Agatha — uma menina de seis anos atendida pelo Serviço de Convivência no contraturno escolar — sumiu. Não havia cobertura jornalística alguma sobre os acontecimentos. A circulação de policiais, as desavenças entre moradores, a briga ocorrida em frente à associação de moradores, o assassinato de um jovem supostamente envolvido no tráfico e a angústia coletiva pelo desaparecimento de Agatha eram vividos no interior do bairro e compartilhados por mensagens desconexas nos grupos de WhatsApp.

Fizemos um cartaz com a imagem de Agatha e o circulamos pelos grupos de mensagem da comunidade. Ela estava na casa de uma tia: havia entrado às pressas e permanecido por lá, sem falar com ninguém. Quando a tia chegou do trabalho, assustou-se com a presença inesperada da sobrinha, mas logo comunicou seus responsáveis e respondeu às mensagens que a procuravam.

3.3. O compasso de espera e a letalidade invisível

O que transparece nesses episódios é o papel que as Operações Escudo e Verão passaram a ocupar em um certo imaginário sobre o que é — e como se manifesta — a violência policial. A sequência das duas operações colocou uma parte relevante dos atores interessados em segurança pública em São Paulo numa espécie de compasso de espera por um novo evento do tipo: a expectativa de que um gatilho como o assassinato de um policial desencadeasse, inevitavelmente, uma nova ação de grande escala.

O fato de a letalidade policial em São Paulo ter sido maior em 2025 do que nos dois anos anteriores — sem que essa "grande operação" se materializasse — coloca desafios importantes tanto para a investigação da violência policial no estado quanto para seu manejo no debate público. A operação de alta visibilidade midiática não chegou; mas a polícia matou mais.

Nosso autor, Evandro Cruz Silva, Morando na Baixada Santista desde 2023, poucas vezes presenciou tamanha repercussão sobre um assunto litorâneo quanto a gerada pelas duas operações citadas. Foi um momento de atenção intensa da grande mídia paulista — atenção que retornou, em certa medida, com o assassinato do delegado Ruy em 2025. O fato de "nada" ter acontecido do ponto de vista das operações esperadas, mas de a polícia ter matado muito mais gente do que em anos anteriores, também evidencia uma técnica diferente de produção de letalidade.

Essa técnica — baseada em incursões rápidas e mortes direcionadas, realizadas às contas-gotas — se inscreve em meios de comunicação como os grupos de WhatsApp mencionados e algumas páginas de Instagram dedicadas à Baixada. São registros rápidos, pouco conclusivos, que se acumulam entre o lamento pelo ocorrido — predominante nos grupos de bairro — e a linguagem policialesca do factual — nas páginas de cobertura de segurança pública. Paulatinamente, esses fragmentos consolidam um cotidiano de assassinatos policiais nas regiões pobres da Baixada: uma violência que não mobiliza operações, não rende manchetes nacionais, mas que mata — e que é vivida, narrada e enlutada, sobretudo, por quem mora naqueles territórios.

4. Efeitos contínuos das ações policiais⁶

Durante uma madrugada de novembro de 2024, li a notícia de um tiroteio no morro São Bento, que deixou pessoas baleadas, entre elas Ryan, uma criança de quatro anos, Gregory, de 17 anos, e outro jovem. Na manhã seguinte, enviei uma mensagem para Zezé pelo WhatsApp para saber se ela e sua família estavam bem, já que moram nas proximidades. Zezé é avó de um jovem morto durante a Operação Escudo, em agosto de 2023. Desde então, mantivemos contato e, mais de um ano após a morte do neto, ela continuava descrevendo como a operação seguia atravessando seu cotidiano.

Ao responder à minha mensagem, Zezé não tratou o novo tiroteio como um episódio isolado ou inesperado. Pelo contrário, seu relato o inscreveu em uma experiência contínua de violência, na qual diferentes episódios se encadeiam e atualizam o medo vivido pelos moradores:

⁶ Cena descrita pela pesquisadora Isabela Pinho, vivenciada durante sua pesquisa de doutorado, financiada pela Fapesp [processo número 2020/14000-6]. Conheci Zezé e sua família em setembro de 2023, quando estavam em luto pela perda recente de um familiar durante a Operação Escudo.

"Foi tanta bala ontem. Nós estamos vivendo numa guerra [...] Teve tiro aqui perto da creche, fiquei desesperada, porque já está chegando perto. [...] Ninguém dormiu aqui. Como você dorme? Como? [...] Vê se dá para viver assim?"

A expressão "estamos vivendo numa guerra" sintetiza uma percepção recorrente ao longo de nossas conversas. A guerra, para Zezé, constitui uma forma de descrever a experiência cotidiana de viver em um território permanentemente atravessado por operações policiais, tiroteios e medos. O medo deixa de estar restrito aos momentos de confronto e passa a organizar a própria rotina dos moradores. Ao comentar a morte de Ryan e Gregory, Zezé também questionou a versão oficial de que teria ocorrido uma "troca de tiros": *"Eles falaram lá que foi 'troca de tiro'. Isabela, não foi. A arma que matou essa criança não foi dos meninos, eles não tiveram tempo de atirar."*

Sua fala evidencia uma disputa em torno da produção da verdade sobre os acontecimentos. Enquanto os registros oficiais enquadram as mortes como resultado de confrontos, moradores constroem outras narrativas, fundamentadas na experiência cotidiana de quem presencia as operações e seus desdobramentos. Nesse sentido, a contestação da categoria "troca de tiros" constitui também uma disputa política pela memória das vítimas e pela responsabilização das ações policiais.

Embora Zezé seja avó — e não mãe — de uma das vítimas da Operação Escudo, suas narrativas frequentemente aproximam sua experiência daquela vivida pelas mães que protagonizam os movimentos de familiares de vítimas do Estado. Como observam Vianna e Farias (2024), nesses coletivos a categoria "mãe" ultrapassa os vínculos biológicos e passa a constituir uma posição política de enunciação do luto e da denúncia da violência estatal. Ao mesmo tempo, Zezé também demarca os limites dessa experiência compartilhada ao afirmar que *"ninguém sabe o que é perder, só sabe quem perde"*. Ao falar sobre sua própria trajetória de perdas, ela relembrou: *"Em oito meses, três pessoas, mas a pior foi o Jeferson. [...] Fez um ano já. Cadê? Nada. Eu não vejo mais ninguém falar. Cai no esquecimento, filha."* Mais adiante, acrescentou: *"As mães, elas não aceitam, mas a gente tem que continuar a viver porque eles acabam com a nossa vida, porque acaba, você nunca mais é a mesma pessoa."*

Essas falas revelam um luto que permanece aberto, continuamente reatualizado pela ausência de respostas institucionais. A espera por justiça não diz respeito apenas à responsabilização pela morte do neto, mas também a pequenas formas de reparação que nunca

chegam. Zezé lamenta, por exemplo, que a família jamais tenha recuperado os pertences de Jeferson: *"Nem a roupa do Jeferson, ninguém sabe onde foi parar. [...] O Jeferson usava duas correntinhas de ouro no pescoço, deve estar no pescoço de um deles. É coisa sem valor, mas é valor sentimental."*

A ausência de respostas produz uma temporalidade particular do luto, marcada pela suspensão e pela espera. A morte não se encerra no momento do assassinato, mas continua sendo vivida na repetição cotidiana da impunidade e do esquecimento.

Ao longo das conversas, chamou minha atenção o modo como Zezé nomeava aqueles que considera responsáveis pela violência. Diferentemente da linguagem frequentemente empregada pelos movimentos de familiares, que denunciam o "Estado" como agente da violência, ela se refere quase sempre aos policiais como "eles". Essa diferença talvez esteja relacionada ao fato de que, embora tenha participado de alguns atos públicos, Zezé não integra de maneira permanente esses coletivos e, portanto, mobiliza outras gramáticas para interpretar sua experiência. Ainda assim, a oposição entre "eles" e "a gente" organiza grande parte de sua narrativa, marcando uma fronteira moral entre moradores e agentes policiais. Essa oposição reaparece quando ela descreve a continuidade dos conflitos mesmo após o encerramento das operações oficiais: *"Tem acontecido sim, filha. [...] Eles estão aterrorizando. [...] Mataram um menino dormindo. [...] Eles sabem que não vai dar em nada."* Na sequência, ela questiona a legitimidade dessas mortes: *"Esses meninos não são bicho. [...] Não estou dizendo que eles estão certos, mas eles têm mãe, filhos, família. Se tiver que ficar trinta anos preso, fica, mas tem que pagar."*

Zezé questiona a naturalização da execução como forma legítima de punição, reivindicando que mesmo aqueles envolvidos em atividades criminais sejam submetidos aos procedimentos previstos pela justiça.

A militarização também atravessa os rituais de despedida. Ao comentar o enterro de Gregory, Zezé afirmou: *"Dos meninos não deixaram nem fazer o cortejo. [...] Acho que tinham que respeitar a dor da mãe, da família e dos amigos."* A violência, portanto, não termina com a morte. Ela alcança também os rituais funerários e as possibilidades de elaboração do luto, interferindo em práticas fundamentais de reconhecimento e dignidade.

As operações policiais também reorganizam profundamente as possibilidades de circulação dos moradores. Ao falar sobre seu cotidiano, Zezé descreveu a dificuldade de realizar atividades simples, como trabalhar ou buscar medicamentos: *"A gente que é presidiário, eu me*

sinto assim. [...] Meu sonho hoje é não morar mais aqui, mas eu vou para onde? [...] Não pode sair na rua. Gente, eu não sou presidiária."

As restrições à mobilidade aparecem, assim, como dimensão constitutiva da experiência da violência. O medo de circular, as interrupções provocadas pelas operações e os controles impostos sobre o território fazem com que atividades ordinárias se tornem permanentemente negociadas.

Essas experiências dialogam com o que Martins e Farias (2024) denominam "circuitos urbanos de terror de Estado". As autoras demonstram que arranjos militarizados de poder operam tanto pela interrupção das circulações quanto pela produção de deslocamentos forçados, reorganizando continuamente os usos do espaço urbano. Mais do que impedir a circulação, essas práticas definem quem pode circular, quando e sob quais condições.

Nesse sentido, as diversas blitzes, abordagens policiais e invasões de domicílio relatadas pelos moradores evidenciam formas de controle que extrapolam barreiras físicas. Como argumenta Jeganathan (2018), os checkpoints podem assumir formas móveis e simbólicas, transformando determinados corpos em fronteiras ambulantes permanentemente sujeitas à vigilância. O direito de mover-se passa, assim, a constituir uma dimensão fundamental do próprio direito à existência (Santini, Santarém e Albergaria, 2021).

As narrativas de Zezé evidenciam, por fim, como essas práticas incidem de maneira desigual sobre corpos racializados, jovens e moradores de territórios periféricos. Trata-se de formas de governo sustentadas por classificações que produzem determinados sujeitos como inimigos internos. Como propõe Farias (2021), esse "binarismo bélico" organiza oposições entre aliado e inimigo, cidadão e suspeito, produzindo hierarquias que autorizam diferentes formas de violência. Lidas a partir dessa perspectiva, as falas de Zezé revelam como a militarização do cotidiano não produz apenas mortes, mas também reorganiza temporalidades, mobilidades, relações sociais e possibilidades de existência nos territórios periféricos.

Considerações Finais

Este artigo partiu de uma questão comum às três experiências etnográficas aqui reunidas: o que acontece depois das operações policiais? Ao deslocar o olhar do caráter extraordinário das operações para seus efeitos cotidianos, procuramos mostrar que a violência de Estado não se encerra com o fim oficial das Operações Escudo e Verão. Ao contrário, ela continua produzindo

efeitos sobre corpos e territórios específicos, infiltrando-se na vida ordinária daqueles que permanecem vivendo nesses locais.

As três cenas analisadas permitem observar diferentes temporalidades dessa permanência da violência. Na primeira, acompanhamos Tainara diante da morte do marido. Inspirados em Veena Das (2007; 2020), mostramos que o evento crítico não interrompe a vida cotidiana para depois ser sucedido por um retorno à normalidade. É justamente no ordinário que a violência continua operando, exigindo que o mundo seja continuamente reconstruído. Cuidar dos filhos, procurar trabalho, mudar de casa e reorganizar as relações familiares tornam-se parte do trabalho cotidiano de habitar um mundo devastado pela violência estatal.

A segunda cena desloca a análise para outra dimensão temporal: a da expectativa. Se, na primeira parte, o extraordinário invade a vida ordinária, aqui mostramos que a própria memória das operações passa a reorganizar antecipadamente o cotidiano. O rumor emerge como uma forma de conhecimento social produzida em contextos de incerteza, permitindo aos moradores interpretar sinais, antecipar riscos e preparar-se para uma violência que pode voltar a qualquer momento. Ao mesmo tempo, a comparação entre o "muito barulho" e o "pouco barulho" revela uma transformação importante: enquanto grandes operações mobilizam atenção pública e cobertura midiática, a letalidade policial permanece — e até se intensifica — por meio de mortes fragmentadas, dispersas e pouco visíveis.

É justamente essa violência contínua que aparece com maior nitidez na terceira seção. As narrativas de Zezé mostram que, mais de um ano após a Operação Escudo, seus efeitos seguem organizando a experiência cotidiana dos moradores. O medo de circular, a contestação permanente das versões oficiais, a espera por justiça, as dificuldades de elaboração do luto e a percepção de “viver em uma guerra” evidenciam que a operação não constitui um episódio isolado, mas parte de um regime duradouro de governo dos territórios periféricos. O evento crítico, nesse sentido, não termina: ele é continuamente atualizado por novas mortes, novas incursões policiais e pela ausência persistente de respostas institucionais.

As histórias inacabadas, ou seja, um evento passado modifica todas as expectativas e experiências do presente, o redefine, promove novos futuros, como nos ensina Veena Das. Faz com que o medo de novas operações letais após a morte de uma autoridade de segurança seja possível. Tomadas em conjunto, as três etnografias permitem compreender que o efeito das Operações Escudo e Verão não se reduz ao número de pessoas mortas. As operações produzem

temporalidades específicas da violência. Produzem mundos interrompidos que precisam ser reconstruídos; produzem rumores que reorganizam a percepção do presente e do futuro; produzem formas de espera, de confinamento e de restrição das mobilidades; produzem, ainda, novas formas de narrar a violência e de disputar publicamente a memória das vítimas.

Ao colocar essas diferentes experiências em diálogo, argumentamos que a violência estatal não deve ser compreendida apenas como um conjunto de ações repressivas ou como episódios excepcionais de letalidade policial. Ela constitui uma forma de governo que atua simultaneamente sobre o tempo, o espaço e as possibilidades de vida. Não apenas mata, mas reorganiza rotinas, redefine quem pode circular e como se circula, impõe expectativas permanentes de novos episódios violentos e prolonga o sofrimento pela ausência de reconhecimento e justiça.

É justamente por isso que as Operações Escudo e Verão podem ser compreendidas como eventos críticos. Não porque rompam momentaneamente a ordem cotidiana, mas porque seus efeitos continuam produzindo mundos muito depois de encerradas oficialmente. As mortes permanecem presentes nas reconstruções da vida familiar, nos rumores que circulam entre vizinhos, nas dificuldades de deslocamento, nas disputas em torno da verdade e da memória e na expectativa de que a violência possa novamente se repetir. O "depois" das operações, portanto, não constitui um período posterior ao evento, mas o próprio terreno onde a violência estatal continua sendo vivida, elaborada e contestada.

Referências:

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Primeiro relatório de monitoramento de violações de direitos humanos na Baixada Santista: Operação Escudo/Operação Verão*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024a.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Segundo relatório de monitoramento de violações de direitos humanos na Baixada Santista: Operação Escudo/Operação Verão*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024b.

AZEVEDO, Desirée de Lemos; BARBOSA, Cássia; RODRIGUES, Lorrane; GACHIDO, Maria Carolina; IBRAHIM, Paula; VELLOSO, Ana Paula. *O massacre no Baile da DZ7, Paraisópolis: relatório 1 – chacina policial, institucionalização do caso e a dinâmica dos fatos segundo as evidências*. São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – UNIFESP, 2022.

AZEVEDO, Desirée de Lemos; SILVA, Ariel Moreira. *Letalidade policial na capital paulista (2013–2023): a participação do 16º BPM/M*. São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – UNIFESP, 2024.

Azevedo, Desirée; Soares, Anna Clara; Silva, Ariel; Garcia, Fernanda; Gachido, Maria Carolina; Ibrahim, Paula; Santana, Jaqueline. O Massacre no Baile da DZ7, Paraisópolis. Relatório 2: Baile Funk, Operações Policiais e a Segregação Militarizada. São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, Unifesp, 2025.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FELTRAN, Gabriel (Org.). *Stolen Cars: A Journey Through São Paulo's Urban Conflict*. Estados Unidos: Wiley, 2021. 272 p.

ALVES, Jaime Amparo. A necropolítica racial: o estado de exceção urbano e a morte negra em São Paulo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 42, p. 119-153, 2010.

ALVITO, Marcos. As cores de Acari: uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARAÚJO, Fábio. Das "aparições" às buscas: uma análise do processo de busca de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 281-320, 2012.

DAS, Veena. Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

FARIAS, Juliana. Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luís Antônio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

Menezes, Palloma Valle. 2018. “**Monitorar, negociar e confrontar**: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas ‘pacificadas’”. *Tempo Social* 30(3):191–216. doi:10.11606/0103-2070.ts.2018.133202.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.